

ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CS
N.º Único 572824
Entrada/Série n.º 210 Data 7/04/17



GRUPO PARLAMENTAR

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
M. I. Deputado José de Matos Rosa

Desde que o atual Governo iniciou funções, há cerca de um ano e meio, o País tem assistido a um significativo aumento do montante das dívidas aos fornecedores de bens e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), invertendo-se a sua tendência de redução registada na última Legislatura até ao ano de 2015.

Os dados mais recentes, constantes da *Síntese de Execução Orçamental* referente ao mês de fevereiro de 2017, da responsabilidade da Direção-Geral do Orçamento, evidenciam que o montante dos pagamentos em atraso dos Hospitais EPE se agravou de 539 milhões de euros, em fevereiro de 2016, para 672 milhões de euros, em fevereiro de 2017, um aumento de 133 milhões de euros em apenas um ano, que representa uma subida de 24,7%.

De recordar que, em dezembro de 2015, o montante dos pagamentos em atraso dos Hospitais EPE correspondia a 451 milhões de euros, o que significa que, desde então, o mesmo se agravou em 49% para os já referidos 672 milhões de euros.

Justifica-se assim, não só obter esclarecimentos por parte das associações representativas das empresas fornecedoras de medicamentos e de dispositivos médicos ao SNS, mas ainda da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada enquanto entidade que representa os hospitais privados que prestam serviços ao SNS.

Finalmente, importa ouvir a Administração Central do Sistema de Saúde, enquanto entidade responsável pelo planeamento e coordenação dos recursos financeiros do SNS, bem como a Associação Nacional dos Administradores Hospitalares, atento o conhecimento que esta entidade tem acerca da realidade e dos problemas que caracterizam o SNS.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requerem que a Comissão de Saúde delibere solicitar a audição das seguintes entidades:

1. Associação Portuguesa de Hospitalização Privada;
2. Administração Central do Sistema de Saúde;
3. Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares.

Palácio de São Bento, 6 de abril de 2017

Os Deputados,
Miguel Santos,
Ângela Guerra,
Luís Vales